# CRIAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA EM GOIÁS: OS REGULAMENTOS DE INSTRUÇÃO DE 1930 E 1937

Juliana Queiroz Barreto Fernandes <sup>1</sup>
Sandra Elaine Aires de Abreu<sup>2</sup>

#### Resumo

O presente estudo refere-se a criação do Jardim de Infância em Goiás, tendo como base os regulamentos de instrução de 1930 e 1937. O objetivo geral é analisar a criação do Jardim de Infância no Estado de Goiás. Foi utilizada a análise documental e pesquisa bibliográfica. O jardim de infância em Goiás foi algo importante para a sociedade goiana, pois com ele, as crianças teriam um direcionamento na infância, que não o tiveram, como por exemplo, aprenderem a se socializar com outras crianças, elas aprendiam também como manusear diversos brinquedos com isso desenvolviam melhor a coordenação motora.

Palavras-chaves: Jardim de Infância. Regulamento de 1930. Regulamento de 1937.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema A criação do jardim de infância em Goiás, a partir das prescrições dos regulamentos de instrução 1930 e 1937.

Jardim de Infância é um termo criado pelo alemão Friedrich Froebel, sugerindo que seria um lugar onde as crianças estariam livres para aprender sobre si e sobre o mundo, com manejo de objetos e participação em atividades lúdicas (FROEBEL apud MENEZES; SANTOS, 2001).

Em Goiás, o primeiro Jardim de Infância foi criado e instalado na Capital, Cidade de Goiás, em 13 de julho de 1929, mas só foi regulamentado a partir de 1930 em meio a um contexto de reformas e mudanças, como um instrumento de renovação da sociedade e da educação goiana (FONSECA; PERES,2012).

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Juliana Queiroz Barreto Fernandes. Acadêmica do 7º período do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica). E-Mail: <jqbf@live.com>.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). sandraeaa@yahoo.com.br

Neste contexto, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a criação do Jardim de Infância no Estado de Goiás, a partir dos Regulamentos de instrução de 1930 e 1937.

A metodologia utiliza para o desenvolvimento desta pesquisa foi à pesquisa bibliográfica, e análise documental. Para dar embasamento teórico a esse estudo foram utilizadas as obras de Lara Cariny Celestino Fonseca e Selma Martines Peres (2012), Ebenezer Takuno de Menezes e Thais Helena dos Santos (2001). Os documentos usados para análise foram os Regulamentos do Ensino Primário do Estado de Goyaz de 1930 e 1937.

#### 1. A concepção de jardim de infância, segundo Froebel

Froebel foi o criador do jardim de infância e defendia um ensino sem obrigação, porque o aprendizado dependia dos interesses de cada um e se fazia por meio de prática. (FERRARI, 2008) Em junho de 1840, fundou o primeiro Jardim de Infância (Kindergarten) na cidade alemã de Blankerburg, tendo como uma das principais composições um centro de jogos para crianças menores de seis anos. (LIMA,2013)

Kindergarten foi o nome dado aos jardins de infância criado por Froebel, denominou assim as instituições voltadas para o trabalho educativo infantil em idade pré-escolar. Para ele, a infância, assim como uma planta, deveria ser objeto de cuidado atencioso: receber água, crescer em solo rico em nutrientes e ter a luz do sol na medida certa. (ARCE, 2002)

Froebel foi quem criou um material pedagógico lúdico diferente de tudo que já havia sido visto, era um material que iria estimular os sensórios-motores, era compostos por sólidos geométricos, blocos de construção, gravuras coloridas, e assim trabalhariam, com recortes, colagens, pinturas, bordados e desenhos, sobre os matérias pedagógicos; os blocos de construção eram usados para que as crianças colocassem em prática sua criatividade e seu conhecimento de mundo para construir o que desejasse, porém, com uma restrição para que as crianças alcancem o objetivo que a professora espera, os jogos que envolvessem dons começava sempre com um círculo, dançando, se movendo e cantando para que cada um pudesse se expressar da melhor forma. (LIMA,2013)

Nos jardins de infância criado por Froebel, eram realizados diversos trabalhos pedagógicos, e apesar dos dons representarem a atividade principal, havia atividades manuais que tinha como objetivo levar a criança a desenvolver destreza, força e aptidões, atividades como, continhas, dobraduras, modelagens, mosaico, costura e alinhavos. (LIMA,2013)

Froebel valorizava a música nas atividades, pois acreditava que com a música era possível despertar nas crianças sentimentos que muitas vezes não são expressos com palavras. (LIMA,2013)

Toda essa contribuição fez de Fröebel o primeiro pedagogo da educação infantil, o primeiro a romper com a educação verbal e tradicionalista de sua época. Ele propôs uma educação voltada à sensibilidade, baseada na utilização dos jogos e materiais didáticos, que deveriam traduzir por si a crença em uma educação que atendesse a natureza infantil. (LIMA,2013)

Froebel, não era como a maioria das pessoas da sua época que tratavam as crianças como um mini adulto, ele dava total importância a infância, e um valor muito maior aos conhecimentos adquiridos ao decorrer da vida infantil, pois é ali que as crianças começam a ter valores a serem seguidos. Ele sempre quis um espaço para que as crianças pudessem ir se descobrindo brincando, e assim, consequentemente, aprender sobre diversas situações existentes no nosso cotidiano.

## 2. Regulamento de instrução primária de Goiás de 1930 e 1937 normatiza o Jardim de Infância

Os regulamentos de instrução primária de Goiás de 1930 e 1937 estabeleceram a criação e a organização do jardim de infância em Goiás. O jardim de infância público funcionaria anexado à Escola Normal.

Em 1930, os alunos notoriamente pobres não pagariam, e os demais pagariam uma taxa. Já em 1937 ele era facultativo e estadual, e também só seria gratuito para os alunos notoriamente pobres, os demais pagariam uma taxa de 15\$000 por ano, porém, seria recolhido e guardado no fundo da "Caixa Escolar", o dinheiro seria usado para algumas necessidades como, por exemplo, a compra do uniforme dos alunos pobres, o uniforme era uso obrigatório de todos os alunos.

Na constituição de 1937, o estado de certa forma desassocia da obrigatoriedade a educação pública ao se colocar em uma posição secundária. O objetivo era na verdade que os ricos passassem a "pagar" pela educação dos notoriamente pobres; (Província, 2014), como está descrito no art 130:

Art. 130. O ensino primario é obrigatorio e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por occasião da matricula, será exigida aos que não allegarem, ou notoriamente não puderem allegar escassez de recursos, uma contribuição modica e mensal para a caixa escolar. (BRASIL, 1937)

A idade estabelecida para a matrícula no Jardim de Infância tinha que ser mais de quatro anos e menos de sete anos, era necessário comprovar por meio de atestado médicos que as crianças estavam vacinadas e não tinham "defeitos" físicos repugnantes, não conviviam com pessoas atacadas de moléstias contagiosas e não sofriam dessas moléstias; a partir de 1937 era também necessário um documento que comprovasse o pagamento da taxa exigida pela matrícula (lembrando que isso isentaria os alunos notoriamente pobres).(GOYAZ, 1930; GOYAZ, 1937).

As classes só poderiam ser formadas se tivesse no mínimo 20 alunos e no máximo 40 alunos matriculados de ambos os sexos. (GOYAZ,1930; GOYAZ, 1937).

Abi – Saber (1968, p.91) cita:

Não é questão apenas de espaço. Mesmo em salas muito grandes com mais de oitenta metros quadrados, não é possível formar uma classe de Jardim com mais de trinta alunos. O importante é o trabalho que a professôra realiza com êles, é a orientação, é a influência intima que ela precisa exercer em cada um, particularmente.

O corpo docente e administrativo dos Jardins de Infância Modelo de 1930 e 1937 segundo os regulamentos de instrução é, para todos os efeitos, equiparados ao dos Grupos Escolares e não tiveram muitas mudanças no decorrer dos anos, era necessário uma diretora, uma condutora de crianças, uma "adjunta", uma guardiã, quantas professoras se tornarem necessárias e um porteiro-servente.

Segundo Goyaz(1930):

"Art. 7°. – Das funccionarias, já nomeadas para o jardim da Infancia, uma regerá o primeiro anno e as demais serão aproveitadas em outros cargos a critério da Secretaria do Interior e Justiça, sem prejuízo de seus vencimentos."

Para a nomeação da professora-diretora e professora do Jardim da Infância exigiam-se, não só o diploma de normalista, mas também o certificado de prática pedagógica nesta categoria especial do ensino. (GOYAZ,1930)

De acordo com os Regulamentos de 1930 e 1937 o jardim de infância tinha como intuito pedagógico atingir alguns objetivos que no decorrer dos anos tiveram poucas mudanças, esses objetivos deviam ser atingidos antes que a criança completassem sete anos, alguns deles seriam dar a criança a ideia e noção da educação pelos sentidos; favorecer a representação mental, por intuição constante e bem orientada, de lições objetivas e concretas; imprimir ao ensino, desde o início, um caráter puramente sensorial e cuidar do desenvolvimento da atenção e aptidão motora; estimular as atividades espontâneas e livres da criança induzindo-a tentativas, iniciativas e experiências, banidas as imitações e "reproduções servis" e a ordem inflexível na seriação dos jogos e trabalhos; variando, para este fim, frequentemente, as lições e preenchendo de ocupações úteis todos os momentos livres; desenvolver gradativamente as faculdades, por meio de exercícios adequados, sobre objetos e seres familiares ao espirito infantil; fazer com que a criança reproduza o gosto do bem e da verdade, por meio de histórias próprias e acessíveis a compreensão da criança; aguçar o espirito de observação e experiência da criança, estimular sua imaginação e satisfazer os próprios interesses de sua idade; aproveitar os objetos da natureza para desenvolver as atividades ocultas da criança; apresentar a criança um programa de ideias associadas pelo princípio do centro da curiosidade; cultivar e desenvolver os dons de linguagem e de expressões, por meio de jogos vocais, que apelem para os interesses involuntários das crianças; compreender a enunciação das palavras, a tonalidade, cuidar da educação do ouvido, para percepção e compreensão das gradações dos sons, que despertem a atenção infantil, devendo ser utilizado, para esse fim, jogos vocais que despertem os interesses instintivos da criança; preparar a criança para receber com proveito a instrução primária, iniciando-a na leitura, na escrita, no desenho, no cálculo e por meio de brinquedos apropriados, recomendando-se, para esse fim, o método próprio; combater os "automotismos" e trejeitos inúteis; não intervir na atividade infantil, se não, para disciplinar, corrigir e orientar para o fim de formação dos primeiros hábitos morais, higiênicos e educativos.

De acordo com os regulamentos de instrução de 1930 e 1937 o jardim de infância e a equipe do conselho escolar deviam desenvolver com os alunos alguns ensinamentos como, exercícios físicos e de linguagem, recitativos e monólogos; dons froebelianos³; contagem de bolas e conhecimento dos números no mapa; cores primárias e secundárias; confecções de modelos simples de mosaicos e arquitetura; desenhos de pauzinho, lentilhas, piões, tabuinhas com aplicações diversas, desenho de imaginação; exercícios representativos de figuras geométricas com o "gonigrapho", exercícios de graça; cantos breves e pequenos hinos, movimentados e acessíveis a compreensão infantil; exercícios físicos com os dedos, mãos, braços, pernas e cabeça; marchas, saltos, rondas, corridas e jogos imitativos do cultivador e do operário, acompanhados sempre de cantos; regra de etiqueta e conversação sobre o respeito devido aos pais, aos mais velhos, aos iguais e aos criados; noções rudimentares sobre a família, a sociedade e as autoridades constituídas.

Esses ensinamentos devem ser ministrados por meio de brinquedos que despertem o interesse infantil; jardinagem; jogos sensoriais, visuais, visuais motores, e finalmente, os chamados especiais; trabalhos com palhinhas, continhas, dobraduras, cortes e recortes em papel, tecelagem, alinhavos anéis, varetas, perfurações em trabalhos de serrinhas.

Compor-se de conversações sobre as coisas da escola ou de casa; sobre os alimentos, vestuários e habitações, sobre animais domésticos, pássaros e insetos; sobre legumes, árvores frutíferas e flores; sobre minerais e tecidos que as crianças colherem com o auxílio das professoras; sobre o dia, à noite e a sucessão dos meses; sobre viagens e excursões, descrição de cenas e costumes do país e do Estado; de narrações, anedotas e histórias próprias ao estímulo da imaginação infantil e a

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup>Froebel criou seus brinquedos para auxiliar na brincadeira infantil sem que pudesse ferir o desenvolvimento das crianças, segundo Saito (2004 apud KENDZIERSKI; PIETROBOM, 2012), os brinquedos criados para este fim foram chamados de "dons", ele assim chamou esses brinquedos, ou materiais educativos, porque eles seriam uma espécie de "presentes" dados às crianças, ferramentas para ajudá-las a descobrirem os seus próprios dons, descobrir o que Deus havia dado a cada uma delas. (KENDZIERSKI; PIETROBOM, 2012)

satisfação dos interesses próprios de sua idade; os cantos devem ser de sentido acessível à compreensão da criança, simples de melodia, movimentados e variados na entonação, acompanhando, sempre que possível, os jogos, as rondas, conversações e recitações, quando apropriados ao tom e assuntos das mesmas.

As ocupações manuais compreenderão dobramento, corte e recorte de papel, trançado e tecido, as combinações que dá lugar ao uso do material Froebel, modelagem em argila, etc; as danças e marchas; ocupações manuais.

Os jogos eram divididos por modalidades como, jogos sensoriais e visuais; visuais motores; motores e auditivos – motores; de iniciação aritmética; relativos a noção do tempo; de iniciação à leitura; de linguagem. Além destes serão promovido, com recomendação especial, os chamados jogos sociais.

Existia também o ensino da leitura, da escrita, do desenho e do cálculo nunca deviam ser feito diretamente, nem constituíam lições especiais, mas resultariam dos jogos, das ocupações e das experiências infantis, habilmente aproveitadas pelas professoras.

O ensino devia ser, tanto quanto possível, individualizado, reduzindo-se, para esse fim, o número de alunos em classes.

#### Considerações finais

Percebemos no decorrer do estudo dos regulamentos de instrução de 1930 e 1937 que a criação do Jardim de Infância em Goiás foi algo importante para o Estado; O Jardim de Infância beneficiava as famílias que precisavam trabalhar, e também as próprias crianças que antes não tinham um direcionamento na sua infância e passavam muito tempo sem aprender algo que levariam para a vida toda.

Os regulamentos nos mostrou como o governo goiano normatizou o processo de instalação, organização e estruturação do Jardim de Infância, nos explicava sobre as matriculas, deixava claro que os pobres não pagariam os regulamentos também explicavam como seria feito as admissões dos funcionários, e o que seria ensinado para as crianças, pois lá era um lugar em que aprendiam a manusear diversos brinquedos que eram necessários para o desenvolvimento da coordenação motora, as crianças aprenderiam também como se comportar perante a sociedade, e isso era

importante, pois durante muitas décadas a infância era algo que poderia se dizer "perdida".

#### **REFERÊNCIAS**

ABI-SABER, Nazira Féres. **O que é o Jardim de Infância.** Biblioteca de Orientação da Professôra Primária.10.ed.Nacional de Direito,1968.

ARCE, Alessandra. Lina, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a pedagogia dos jardins-de-infância. **Rev. Bras. Educ**. Rio de Janeiro n.20, p. 107-155 maio/ago. 2002. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a09.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a09.pdf</a>>. Acesso em:06 de março de 2018.

BRASIL. **Constituição de 1937**. 10 de novembro de 1937. Disponível em: <a href="http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html">http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html</a>. Acesso em:25 de abril de 2018.

FERRARI, Márcio. **Friedrich Froebel:** o formador das crianças pequenas. 2008. Disponível em: <a href="https://novaescola.org.br/conteudo/96/friedrich-froebel-o-formador-dascriancas-pequenas">https://novaescola.org.br/conteudo/96/friedrich-froebel-o-formador-dascriancas-pequenas</a>. Acesso em: 22 fev. 2018.

FONSECA, Lara Cariny Celestino; PERES, Selma Martines. **O jardim de infância no regulamento de 1930 em Goiás:** um projeto de civilidade? 2012. Disponível em: www.uel.br/grupo-

estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais14/arquivos/textos/Workshop/Trabalhos\_Completos/Lara\_Celestino\_e\_Selma\_Peres.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

GOYAZ. **Regulamento do ensino primário do estado de Goyaz.** Goyaz: Correio Oficial, 15 de fevereiro de 1930. Nº1666. Ano LXXIV

GOYAZ. Regulamento do Ensino primário do estado de Goyaz. 07 de agosto de 1937.

KENDZIERSKI, Mariana; PIETROBOM, Sandra R. Gardacho. **Friederich Froebel e os jardins – de - infância.** 2012. Disponível em: <a href="https://anais.unicentro.br/flicenciaturas/pdf/iiv2n1/104.pdf">https://anais.unicentro.br/flicenciaturas/pdf/iiv2n1/104.pdf</a>>. Acesso em: 15 maio 2018.

LIMA, Sandra Vaz de. **Froebel e o primeiro jardim de infância.** 2013. Disponível em: <a href="https://pedagogiaaopedaletra.com/froebel-e-o-primeiro-jardim-de-infancia/">https://pedagogiaaopedaletra.com/froebel-e-o-primeiro-jardim-de-infancia/</a>>. Acesso em: 04 set. 2017

MENEZES, Ebenezer Takuno de. SANTOS, Thais Helena dos. Verbete jardim de infância. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <www.educabrasil.com.br/jardim-de-infancia/>. Acesso em: 01 out. 2017

PROVÍNCIA. Colégio Província de São Pedro. **Constituição de 1937.** 2014. Disponível em:

<a href="http://claudioguimaraes.com.br/artigos/provincia/CONSTITUICAO%20GERAL%20193">http://claudioguimaraes.com.br/artigos/provincia/CONSTITUICAO%20GERAL%20193</a> 7.pdf>. Acesso em: 08 maio 2018.